

Não esqueça, você é **TRABALHADOR**



- > TJSE recusa-se a acabar com os Marajás e aplicar medidas moralizadoras
- > TJSE insiste em manter incorporações e valores dos CCs até 1.000% superiores aos salários dos servidores efetivos
- > Presidente do TJ rejeita todas as propostas de valorização e impõe aos servidores efetivos o reajuste de 7%

E AGORA?

Não esqueça, você é Trabalhador

*Incorporações, altos cargos comissionados, indenizações quase milionárias.
O que o salário dos servidores do TJSE tem a ver com isso? TUDO!*

O que essas “Medidas administrativas para democratizar o Judiciário”, constantes na parte final da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial de 2012 do SINDIJUS tem a ver com a valorização dos servidores efetivos do Tribunal? Por que, desde o início das discussões, o sindicato insiste em colocar isso na mesa de negociação, mas o TJ se esquivava?

Essas são umas das perguntas mais sussurradas nos corredores dos Fóruns nessa Campanha Salarial. Mas o percentual de reajuste de 7%, empurrado goela-abaxo nos servidores, pelo Presidente do TJSE, Des. Osório Ramos, começa a dizimar essas dúvidas e tornar cristalinos os prejuízos econômicos que a manutenção da atual estrutura administrativa do TJSE - de manutenção de privilégios para uma minoria selecionada a dedo - gera para a valorização do conjunto de todos os servidores efetivos.

Fruto dos debates públicos pautados pela organização sindical dos maiores prejudicados, os servidores efetivos, o peso dos “marajás” e os impac-

tos que a sustentação das regalias destes causam na valorização de todos os trabalhadores, agora, são visíveis até mesmo aos olhos vendados de alguns desembargadores que integram o Pleno - como foi manifestado por três desembargadores durante a sessão de 21/11.

Até aqui, em todo o decorrer das negociações da Campanha Salarial, a atuação dos servidores na luta por valorização não se resumiu apenas a protestos. Os servidores apontaram os problemas, mas também apresentaram propostas administrativas que moralizam e corrigem os excessos na estrutura salarial no TJSE: fim das incorporações e dos cargos em comissão inconstitucionais, redução dos valores dos cargos em comissão, fim das indenizações quase milionárias etc.

Se o Presidente do TJSE, que alega a crise do capitalismo para fundamentar a aplicação do reajuste rebaixado de 7%, aplicasse as medidas apresentadas pelo SINDIJUS, que acabam com a farra dessas inconstitucionalidades no órgão, criaria todas condições para aplica-

ção das propostas de valorização reivindicadas pelos servidores.

Incorporações

Atualmente, em apenas um mês, o TJSE gasta R\$ 800 mil com incorporações; valor que só aumenta pela permanência dessa prática. Se somente essa mamata fosse cortada e tal quantia fosse dividida entre os 2.500 servidores efetivos, corresponderia a R\$ 320 para cada, o que resultaria para um Técnico Judiciário, por exemplo, em um reajuste de 15%.

Cargos Comissionados

Vamos às comparações. O mais alto salário de um servidor efetivo dentro da carreira do Tribunal de Justiça, sem as gratificações, gira em torno de R\$ 3,5 mil. Estamos falando dos Analistas Judiciários, ingressos através de concurso público. O maior cargo em comissão do TJSE recebe um valor maior que R\$ 14 mil, cargo indicado. Em contas superficiais, se comparado com os Analistas, o maior cargo comissionado do TJSE ganha 400% a mais e se comparado com os Agentes Judiciários, também concursados,

a diferença chega a mais de R\$ 1.000%.

E agora, vamos a nós...

A cada argumento que colocamos a mesa de negociação, fica fácil desvendar por que o Tribunal considerado o mais eficiente do Brasil é o 16º em relação à valorização dos trabalhadores efetivos. A existência dessas mamatas e dos “marajás” impedem fatalmente que haja uma política de valorização concreta para os servidores efetivos, formando uma camada de privilegiados em detrimento da maior parcela de trabalhadores que paga a conta.

A nossa Assembleia Geral decidiu a continuidade da Campanha, para exigir da Presidência do TJ avanço nas demais reivindicações da nossa Pauta e o fim das mamatas, cuja a conta está sendo paga por todos nós.

E você, continuará achando normal o que acontece dentro da TJSE? O que está difícil hoje poderá se tornar impossível caso não haja uma mobilização de todos para as mudanças necessárias. Como dizia Gramsci, “a indiferença só fortalece a quem já exerce o poder”.

18 anos depois, servidores enfrentam repressão do TJ e protestam pelas URVs

As URVs completaram 18 anos neste mês de outubro. Para demonstrar a insatisfação com a longa espera, servidores da ativa e aposentados do TJSE que aguardam o recebimento desses valores, organizados pelo SINDIJUS, realizaram um ato público no dia 5 de novembro, em frente ao TJ, onde acontecia simultaneamente o Encontro Nacional do Judiciário.

Na ocasião, foi levado à Praça Fausto Cardoso, um bolo de três metros de comprimento para registrar os 18 anos da

amarga espera dos servidores. O Tribunal e a Polícia Militar tentaram impedir a realização da manifestação, mas os servidores mantiveram-se fortes e conseguiram dar o seu recado.

Segundo Mirian Lígia, dirigente do SINDIJUS e vítima do não pagamento das URVs, “o que o TJ está fazendo há 18 anos com os servidores é um desrespeito e deve ser levado ao conhecimento da sociedade”.

Nos 18 anos de martírio desse processo, esse foi o maior ato

realizado pela categoria, em protesto ao desrespeito do Judiciário em relação a esse direito.

Se outros protestos como esse tivessem sido realizados na época dos danos (1994), possivelmente, esse processo burocrático nem sequer existiria, porque a justiça certamente já teria sido alcançada, através da luta, nas ruas.

Angústia

Cícero Antonio, servidor apo-



sentado de 68 anos, considera o caso um desrespeito. “Nós viemos lutando pelo pagamento das URVs há 18 anos e é uma grande injustiça o que o Tribunal faz conosco em adiar e deslegitimar o nosso direito”, contou o servidor que já tem 15 anos de aposentadoria e já perde as esperanças. “Eu sinceramente não sei se acredito que vou receber esse dinheiro”.

Visitas do SINDIJUS em todas as cidades do Estado mobilizam servidores

Com o objetivo de mobilizar a categoria durante a Campanha Salarial deste ano, a direção do SINDIJUS promoveu desde o início da Campanha, visitas aos fóruns de todas as cidades do estado, além de cafés da manhã na capital, para dialogar com a categoria e repassar os informes a respeito do andamento da Campanha.

Nos últimos dois meses, dirigentes percorreram as 75 cidades do estado para entregar o material da Campanha, que neste ano luta contra os “Marajás”, além de aproximar os servidores do Poder Judiciário sergipano da luta contra essa disparidade salarial, que compromete a valorização de todos.

Já os cafés da manhã, realizados em frente aos fóruns da capital, começaram no início de novembro e tem como objetivo ser mais um espaço de debates entre os dirigentes e a categoria que integra o sindicato.

Para a Secretária Geral do SINDIJUS, Fernanda Menezes, esse é o momento crucial para a mobilização da categoria. “Mais uma vez estamos dialogando diretamente com os servidores e conscientizando-os sobre a importância do engajamento nesse momento em que o TJSE rejeita pautas apresentadas por todos nós e fecha a mesa de negociação. Paralisamos as atividades e insistiremos na reabertura dos diálogos, para que possamos ter um resultado justo, já que, apesar do seu reajuste de 7%, o Presidente do TJ disse que permanece aberta

a via do diálogo”, ressaltou.

Andamento da Campanha

Após meses de plenárias com a categoria, para definir as pautas da Campanha Salarial 2012, o SINDIJUS levou a Campanha para a sociedade, através da imprensa, de outdoors e de material de campanha, como adesivos e camisas.

Com a Presidência do TJSE, foram realizadas várias reuniões de negociação, mas o Presidente do Tribunal tem se recusado a atender as demandas da categoria e, após anunciar uma súbita quebra das negociações, aprovou no Pleno o reajuste de 7%, contrariando os servidores efetivos que reivindicam 16%. Até o momento, as únicas propostas da Campanha Salarial atendidas pelo TJSE foi a formação de uma Comissão Permanente para acompanhamento da saúde dos servidores e o encaminhamento da construção de alojamentos para servidores em fóruns do interior do Estado.

Após a paralisação realizada pelos servidores neste mês, em protesto ao reajuste de 7% imposto pelo Presidente do TJ, em Assembleia Geral, os servidores decidiram dar continuidade aos debates públicos sobre as gritantes distorções salariais que geram marajás e supersalários dentro do TJSE. Por isso, o uso do material da campanha deve continuar firme, assim como das camisas, todas as terças e quintas-feiras.



TOP 10
do
TJSE
OUTUBRO

Ranking dos maiores salários do TJSE

1º JUIZ DE DIREITO	R\$ 65.680,02
2º JUIZ DE DIREITO	R\$ 42.437,17
3º JUIZ DE DIREITO	R\$ 42.371,94
4º JUIZ DE DIREITO	R\$ 42.355,75
5º DESEMBARGADOR	R\$ 39.540,59

6º DESEMBARGADOR	R\$ 39.338,20
7º DESEMBARGADOR	R\$ 39.133,34
8º JUIZ DE DIREITO	R\$ 38.436,43
9º JUIZ DE DIREITO	R\$ 38.239,79
10º DESEMBARGADOR	R\$ 37.069,28

QUEM NÃO SE FORMA, SE DEFORMA

Uma breve história da luta dos trabalhadores...

Década de 60: Organizações operárias e estudantis na luta pela democracia e reformas de base

Depois do corporativismo e da burocratização, incentivadas pelas políticas varguistas, que transformaram e os sindicatos em entidades quase para estatais, nas décadas de 30 a 50, a partir de 1955, o movimento sindical brasileiro voltou ao caminho da expansão. Mas foram os anos 1960 que apontaram, neste país, uma crescente polarização ideológica, combinada com uma instabilidade político-institucional existente desde o fim da 2ª Guerra Mundial (1945).

A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a tensão que havia por parte de setores mais conservadores em torno da posse do vice que era eleito separadamente, João Goulart, por este se apresentar com ideias progressistas, levaram a UNE (União Nacional dos Estudantes) a encabeçar a chamada "Campanha da Legalidade", movimento de resistência para garantir que Jango fosse devidamente empossado, face a eminência de um golpe.

No ano de 1962, numa conjuntura de grande instabilidade política e social no Brasil, marcada por ampla mobilização popular em torno de propostas

de reformas políticas e econômicas, foi realizado o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, em São Paulo, que reuniu vários sindicatos, federações e confederações. Nesse Congresso foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que se constituiu em uma organização intersindical brasileira, cujo objetivo era orientar, dirigir e coordenar o movimento sindical no Brasil, numa linha descendente do extinto MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores).

Nesse período, ainda em 1962, a reunião de grandes instituições brasileiras formou a Frente de Mobilização Popular (FMP), que defendia mudanças sociais profundas no contexto das reformas de base propostas pelo governo Jango.

A Frente de Mobilização Popular (FMP) teve atuação em todo território nacional e foi formada pela UNE, CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), alguns integrantes do Congresso Nacional, entidades sindicais, intelectuais, subalternos das Forças Armadas (sargentos, marinheiros e fuzileiros navais), facções das Ligas Camponesas, grupos revolucionários de



esquerda como a AP, a POLOP, o POR-T, Miguel Arraes e Leonel Brizola, que foi considerado por muitos como a liderança mais expressiva da Frente.

A Frente cumpriu a tarefa de pressionar o presidente João Goulart para que implementasse imediatamente o seu programa reformista, que - embora não fosse capaz de causar uma transformação revolucionária para resolver todos os problemas sociais acumulados ao longo da história e da má distribuição de riquezas produzidas no país - serviria como reformas de base para minimizar as desigualdades existentes (reforma agrária, urbana, tributária, ban-

cária e constitucional), reformas estas indispensáveis para a formação da democracia.

Nesse período, já aumentava a tensão entre os movimentos sociais, essencialmente formado por trabalhadores e estudantes, e os grupos conservadores da sociedade, entre eles os militares que tentavam intimidar e coibir as reformas de base.

As atuações do Comando Geral dos Trabalhadores e da Frente de Mobilização Popular foram desarticuladas pelo golpe militar de 1964, tendo alguns de seus líderes, como Miguel Arraes, sido presos e outros, como Brizola, exilados.

TOP 5 MARAJÁS OUTUBRO

Algumas mixarias da marajazada

REQUISITADO/CCE-3	R\$ 35.728,73
REQUISITADO/CCE-4	R\$ 23.096,52
OF. DE JUSTIÇA/CCE-2	R\$ 20.658,08
OF. DE JUSTIÇA/CCS-1	R\$ 20.635,22
ESCRIVÃO/CCE-5	R\$ 19.513,23

EDIÇÃO ESPECIAL



*fonte: Portal da Transparência

VISITE NOSSO SITE: WWW.SINDIJUS.ORG.BR

Contato: sindijus@sindjus.org.br | Tel: (79) 3211-7857